

O Brasil ante o Século XXI

Hélio Jaguaribe



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

O Brasil ante o Século XXI

Helio Jaguaribe¹

INTRODUÇÃO

Permissibilidade Internacional

O processo de globalização, exacerbado pelo unilateralismo imperial do governo americano, está reduzindo, drástica e aceleradamente, o espaço de permissibilidade internacional dos países subdesenvolvidos. Esse processo preserva os aspectos formais da soberania desses países, como hino nacional, bandeira, exércitos de parada e eleições quando se trate de sociedades democráticas. Isso não obstante, constrangimentos irresistíveis, de caráter econômico, financeiro, tecnológico, político, cultural e, quando necessário, militar, compelem os dirigentes desses países, queiram ou não, a seguir políticas compatíveis com as exigências do mercado internacional, notadamente o financeiro, e das diretrizes americanas. Tais constrangimentos conduzem esses países a se tornarem, de fato, meros segmentos do mercado internacional, endogenamente controlados por grandes multinacionais e, exogenamente, por Washington.

Grandes países emergentes, como China e Índia, por sua massa crítica e outras circunstâncias, logram preservar sua autonomia interna e apreciável margem de autonomia externa. Um país como o Brasil, a despeito de sua relativa massa crítica e de seu alto nível de integração nacional, padece de muito baixa taxa de integração social e assim é vulnerável a processos disruptivos, notadamente quando pressões externas se combinem com forças domésticas. É assim, para dar um exemplo, que um projeto como a Alca, apesar de seus graves aspectos negativos terem sido amplamente identificados e divulgados, volta, reiteradamente, a ser defendido por correntes neoliberais.

Todos os países da América do Sul estão se encaminhando, rapidamente, para se tornarem, como tantos outros, meros segmentos do mercado internacional. Perderam a capacidade de se assegurar, isoladamente, um destino nacional próprio. Quatro países da região, entretanto, preservam, ainda que a não longo prazo, condições mínimas de autonomia nacional: Argentina, Brasil, Chile e Venezuela. Isoladamente, perderão esse restante de autonomia a relativamente curto prazo. Resta-lhes, todavia, a possibilidade de sustentar sua identidade nacional e seu destino histórico se se consolidar o Mercosul

¹Decano emérito do Instituto de Estudos Políticos e Sociais e integra a Academia Brasileira de Letras.

(eventualmente sem o Chile) e, a partir deste, (com o Chile) a Comunidade Sul-Americana de Nações.

A chave para a preservação dessa identidade nacional e da dos demais países sul-americanos consiste na formação de uma sólida e confiável aliança estratégica entre Argentina e Brasil, a que se agregue, o mais prontamente possível, a Venezuela. A tríade A-B-V conduzirá, seguramente, à consolidação do Mercosul e, decorrentemente, da Comunidade Sul-Americana de Nações. Com isso, constituir-se-á no mundo um novo grande interlocutor independente, que terá um peso internacional próximo ao da União Européia e não menor que o da Índia.

O imperativo de integração, entretanto, não dispensa a absoluta e urgente necessidade de reformar os regimes eleitoral e partidário, sendo essas as mais importantes reformas.

Macrodesafios

Este incipiente século XXI foi conduzido, pelo curso da história, a se tornar o mais decisivo momento da humanidade. Com efeito, diversos processos e fatores foram se desenrolando, a partir da Revolução Industrial e, notadamente, da Revolução Tecnológica do século XX, para culminar no século XXI, nele atingindo um nível potencial de letalidade que, se apropriadas medidas não forem oportunamente adotadas, conduzirá ao extermínio da espécie humana.

Dentre os mais graves desafios com que tenderá a se defrontar o mundo, no curso do século XXI, quatro sobressaem por seus efeitos catastróficos: (1) perda da habitabilidade do planeta, por irreversíveis danos à biosfera; (2) não instituição, no primeiro terço do século, de uma ordem internacional satisfatoriamente racional e eqüitativa, o que conduzirá o mundo à indesejável alternativa de (i) formação de um império americano mundial, submetendo todos os povos ao arbítrio de um só país, ou (ii) formação de um novo bipolarismo (EUA-China) ou multipolarismo, eventualmente incluindo a Rússia, restabelecendo o risco de um holocausto nuclear que, desta feita, poderá não ser evitado; (3) agravamento da assimetria Norte-Sul e, em muitos países, de abissais diferenças entre setores afluentes e setores miseráveis, gerando insanáveis conflitos sociais e incontroláveis formas de terrorismo; (4) insustentabilidade material, na forma como atualmente opera, da civilização industrial quando, no último terço do século, a participação das imensas populações de China, Índia, Brasil e outros países elevar a cerca

de 10 bilhões os consumidores de bens industriais, ultrapassando a disponibilidade de diversos minerais e de outros insumos escassos de que depende o processo industrial.

DESAFIOS E RESPOSTAS

Os grandes desafios a que estará submetido o mundo, no curso do século XXI, notadamente os quatro precedentemente mencionados, comportam, em princípio, soluções satisfatórias, se apropriadas medidas forem oportunamente adotadas.

Os efeitos decorrentes da poluição das águas e da atmosfera, se prosseguir o acelerado ritmo em que estão ocorrendo, tornarão o planeta inabitável até o fim do século. O crescente aquecimento do planeta fundirá os gelos polares – como já está aceleradamente ocorrendo – elevando de muitos metros o nível dos oceanos, com a incontável inundação de todas as terras baixas. Os efeitos tóxicos direta e indiretamente produzidos pela poluição tornarão, entre outras conseqüências, o ar irrespirável e a pele humana indefesa aos raios ultravioletas.

A única forma de se evitar um desenlace catastrófico consiste na imediata adoção de severas medidas antipoluidoras, dentro de condições (Protocolo de Kioto) que já foram basicamente estudadas, mas que, por razões políticas de curto prazo, não estão sendo aplicadas. A contínua transferência, para o futuro, da adoção de tais medidas conduzirá, inevitavelmente, a que se ultrapasse o período em que as políticas antipoluidoras possam ser eficazes e se caminhe para danos irreversíveis à biosfera.

Algo de equivalente ocorre com relação à ordem internacional. No curso do primeiro terço deste século, quando a hegemonia americana ainda não se tenha convertido num incontestável império mundial, mas se mantenha em nível suficientemente alto para permitir aos EUA a liderança na promoção de um apropriado acordo internacional, e enquanto, por outro lado, o desenvolvimento da China não a tenha convertido numa superpotência, em nível de equiplôncia com os EUA, ainda é possível, nessas condições, que um conveniente acordo mundial seja adotado. Dispomos, para esse efeito, entre outros exemplos, de uma interessante ilustração histórica, que foi o acordo de Corinto, de 338 a.C. Tendo conquistado total supremacia militar na Grécia, Felipe da Macedônia convocou um congresso pan-helênico em Corinto e obteve dos demais Estados gregos, com exceção de Esparta, um acordo para a constituição da Liga Helênica, na qual cada Estado grego dispunha de um voto, no Conselho Diretivo, proporcional ao seu respectivo poder, conferindo-se a liderança militar à Macedônia e ao seu rei. São evidentes as analogias entre

a atual posição mundial dos EUA e a da Macedônia de Felipe na Grécia. Um grande acordo internacional, nas presentes condições do mundo, conduziria os EUA a renunciar ao projeto de se constituir num império universal e potências emergentes, como China, a renunciar à condição de futura superpotência, convertendo o mundo, no âmbito de uma *pax universalis*, numa grande confederação de Estados livres.

Tudo indica, entretanto, que um acordo desse gênero não terá lugar. Os EUA vêm empreendendo, desde fins da Segunda Guerra Mundial, um consistente esforço doméstico e internacional para se converter num grande império. O gigantesco orçamento militar americano supera a soma dos orçamentos militares das grandes potências. À semelhança das legiões romanas, os EUA mantêm contingentes militares em diversos pontos estratégicos do mundo, inclusive, recentemente, no Paraguai, para conter Argentina e Brasil. A tecnologia militar americana não tem paralelo no mundo e permite aos EUA, praticamente sem nenhum risco, destruir qualquer objetivo em qualquer parte do planeta.

Em contrapartida, a China vem mantendo, desde Deng Xiaoping, no curso dos últimos 30 anos, um crescimento econômico anual da ordem de 10%, já se tendo convertido na quinta maior economia do mundo. Mantendo esse esforço de crescimento por mais algumas décadas – o que implicaria, entretanto, em resolver problemas sócio-institucionais de extrema dificuldade –, a China adquiriria, em meados deste século, uma posição de equi-polência com os EUA, tornando-se, competitivamente, outra superpotência. Conscientes dos riscos que correm suas instalações nucleares, a China tem desenvolvido, exitosamente, um grande programa de mísseis transcontinentais, já dispondo de um apreciável arsenal de foguetes capazes de atingir o território americano, o que lhe confere significativo poder de deterência.

Depara-se assim o mundo, ao se iniciar o século XXI, com uma indesejável alternativa: (1) império mundial americano, submetendo todos os povos ao arbítrio de uma única nação, ou (2) reconstituição de um regime bipolar (ou multipolar, com a Rússia), com ele voltando a submeter-se o mundo ao risco de uma hecatombe nuclear.

A assimetria Norte-Sul e a que ocorre em muitos países (notadamente o Brasil) entre setores afluentes e setores miseráveis está se agravando e tenderá a produzir os mais desastrosos efeitos sociais. Os terríveis eventos ocorridos em São Paulo e adjacências em meados de maio de 2006 são uma clara indicação de tais riscos. O mundo dispõe de condições para reduzir significativamente essa assimetria. As medidas para tal necessárias, entretanto, importam em significativos custos, para os países e setores afluentes e, concomitantemente, em condutas impopulares por parte dos líderes de povos e setores

pobres. Assim ocorre que nada de efetivo se está fazendo e o abismo afluência-miséria está continuamente crescendo.

Não menos grave é a questão relativa à inviabilidade de se estender a civilização industrial, tal como presentemente opera, para o provável cenário do último terço deste século. O êxito da civilização industrial foi devido, entre outros fatores, ao fato de que, até meados do século XX, dela participava um pequeno número de países: os da Europa Ocidental, os EUA e o Japão. Ocorre, entretanto, por um lado, que a população mundial, da ordem de 2,5 bilhões de habitantes em 1950, deverá ultrapassar 9 bilhões em 2050. Por outro lado, as imensas populações de países como China, Índia, Brasil e outros estão se industrializando aceleradamente e deverão fazer parte da civilização industrial na segunda metade deste século, elevando para algo como 10 bilhões de habitantes os consumidores dessa civilização. Ante essa imensa população, ademais de problemas complicados relacionados com seu abastecimento de alimentos e de água potável (já levantados por Malthus), surge uma questão ainda mais séria: a da falta de disponibilidade, na correspondente proporção, ou mesmo em termos absolutos, de diversos minerais escassos, indispensáveis para o processo industrial, tais como petróleo, óleo natural, urânio, molibdênio, tungstênio, cobalto, cobre, chumbo, zinco, que se tornarão pouco disponíveis a partir de 2075. Já se observa, atualmente, que é da ordem de 20% a margem de não renovação de recursos escassos.

Ante esse quadro, ou bem se logra uma ampla e profunda reorganização da civilização industrial – algo que não está de nenhuma forma ocorrendo ou, mesmo, sendo seriamente cogitado – ou o mundo defrontar-se-á, no último terço deste século, com uma gigantesca crise industrial. É provável que ante essa crise os países mais poderosos, notadamente os EUA, sejam levados a um feroz imperialismo de abastecimento, apoderando-se das fontes de recursos escassos em detrimento dos demais países.

ALIANÇA ESTRATÉGICA

Ante o quadro que resulta das considerações precedentes, torna-se evidente que países como Argentina e Brasil – e como, entre outros, os demais da América do Sul – não têm isoladamente nenhuma possibilidade de um destino próprio. Nesse quadro, a aliança estratégica argentino-brasileira – a que se deve agregar, o mais cedo possível, a Venezuela – constitui uma primeira condição *sine qua non* para a preservação de suas respectivas identidades nacionais. Tal aliança, na medida em que se revista de confiabilidade e

consistência, já proporcionará aos partícipes uma significação muito superior à resultante soma de seus recursos, conferindo-lhes, desde logo, significativa ampliação de seus respectivos espaços de permissibilidade internacional. A essa aliança importa, o mais cedo possível, agregar a Venezuela com, mais uma vez, um resultante incremento do peso internacional desses países significativamente superior ao somatório de seus recursos.

Observe-se, a respeito da Venezuela, que a viabilidade de uma aliança com esse país depende de sérios entendimentos com Chávez, que o conduzam a renunciar a aventuras caudilhescas e dele façam um parceiro responsável. Sem esse pré-requisito, a Venezuela não pode ser uma aliada confiável.

A tríade A-B-V tenderá a acarretar, quase inevitavelmente, a consolidação do Mercosul e, a partir desse sistema, a consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações. Como já foi mencionado, a conversão dessa Comunidade de seu atual nível meramente declaratório em algo de efetivamente operacional, nos planos econômico e político, dela fará um importante interlocutor internacional independente.

São múltiplas as conseqüências de uma efetiva Comunidade Sul-Americana de Nações. Mencionou-se, em primeiro lugar, o fato de que tal Comunidade, como ocorreu com os países que se integraram na União Européia, assegurar-lhes-á a preservação de suas identidades nacionais e de seu destino histórico. Mencione-se, por outro lado, que tal Comunidade disporá de condições favoráveis para enfrentar os grandes desafios que se anunciam para a segunda metade deste século. Se vier a se consolidar um Império Americano, a Comunidade Sul-Americana de Nações nele ingressará, como a União Européia, na condição de província de primeira classe e não como *res derelicta*. Se se formar um regime bipolar ou multipolar, essa Comunidade nele exercerá um importante papel de interlocutor independente, em vez de mera província de uma das superpotências. Essa Comunidade, por outro lado, poderá exercer significativo papel na proteção da biosfera. Finalmente, ante a futura provável crise da civilização industrial, essa Comunidade, dispondo de uma ampla gama de recursos energéticos, hídricos e minerais, terá a possibilidade de subsistir, em grande medida, com seus próprios recursos e condições favoráveis, por um lado, para protegê-los, incomparavelmente melhor do que o que poderia fazer isoladamente qualquer dos países membros e, por outro, para negociar a importação dos recursos de que careça.

Ante as considerações precedentes, o problema que se apresenta não é o da óbvia indispensabilidade, para os países da região, de uma Comunidade Sul-Americana de Nações e na medida em que o eixo de sustentação desta seja a aliança argentino-brasileira.

O problema consiste em como dar confiabilidade e durabilidade a essa Comunidade, a partir da confiabilidade e durabilidade da aliança argentino-brasileira.

Reduzindo a questão a seus termos fundamentais, pode dizer-se que o que efetivamente está em jogo, entre os partícipes, são três coisas: (1) adoção de uma visão comum a respeito dos desafios deste século; (2) formação de uma decorrente vontade política, não apenas em nível dos governos, mas também de seus mais relevantes setores sociais; e (3) formulação e implementação de um programa comum nos planos econômico e diplomático.

A aliança argentino-brasileira e, mais amplamente, a Comunidade Sul-Americana de Nações, só adquirem efetividade se baseadas numa compartilhada visão do futuro do mundo. Trata-se de algo que, todavia, ainda não foi alcançado, nem mesmo no nível individual de países como Argentina e Brasil. Mas trata-se, entretanto, de algo que não poderá deixar de ocorrer, à medida que se proceda a uma análise objetiva das grandes tendências que atualmente se fazem sentir no mundo. À medida que se configure, entre os setores responsáveis dos países em questão, a visão do mundo delineada nas linhas precedentes, tenderá a neles se formar uma vontade política consistente com essa visão. Essas probabilidades positivas estão sujeitas, entretanto, a prazos relativamente curtos, em termos históricos. Não se formando essa visão e essa vontade política comuns enquanto ainda persista um mínimo de permissibilidade internacional para a região e para seus países-chave, o curso da história cerrar-lhes-á qualquer opção autônoma.

O terceiro requisito, relativo a um apropriado programa econômico e diplomático comum, é o de mais difícil atendimento. A experiência histórica com os processos de integração, como o ocorrido na Europa, mostra como é demorado e difícil se chegar a programas comuns. Importaria considerar, entretanto, no que se refere à Comunidade Sul-Americana de Nações, em geral e, em particular, à aliança argentino-brasileira, na medida em que depende predominantemente do Brasil, por seu poder e sua influência relativos na região, a promoção de um programa econômico-diplomático que seja, efetivamente, otimizador para os demais partícipes. Assim como a Alemanha pagou o maior preço para se aliar à França e ambos esses países o maior preço para a formação da comunidade européia, assim o Brasil terá de pagar o maior preço para a efetividade de sua aliança com a Argentina e ambos, para a consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Importa assinalar, por outro lado, que tal aliança só será exequível na medida em que seus partícipes renunciem a qualquer aspiração de liderança unilateral e atuem, sempre, na base de prévio consenso e do interesse regional. Lideranças na América do Sul

– como quase sempre em outras regiões – dependem de medidas que decorram de propostas e projetos que sejam otimizantes para os demais países da região.

URGENTES REFORMAS

A integração sul-americana e a própria consolidação de Mercosul não são exequíveis se, concomitantemente, não se proceder às grandes reformas de que necessita o Brasil. Tais reformas envolvem diversas dimensões da realidade nacional, desde, economicamente, a superação do modelo neoliberal, ou o ativo fortalecimento de nossa capacidade científico-tecnológica, no âmbito de um abrangente plano nacional de desenvolvimento, até as urgentíssimas reformas política e urbana. Estas requerem um breve comentário.

Numa sociedade tão heterogênea como a brasileira, em que 1/3 da população participa de condições sociais, culturais e econômicas equivalentes às do sul da Europa, contrastando, dramaticamente, com outro terço de uma população de nível afro-asiático, totalmente deseducada e extremamente pobre, com o restante em modesta posição intermediária, a democracia só é viável se apoiada em instituições que otimizem as potencialidades do país. O atual regime eleitoral e regulatório dos partidos políticos é absolutamente inadequado para o Brasil e gera uma das piores classes políticas do mundo. Os recentes escândalos ocorridos no Congresso e na atuação de partidos políticos são resultantes desse regime.

Existe, atualmente, amplo consenso entre os estudiosos da matéria, no sentido da absoluta necessidade de se adotar, eleitoralmente, o regime distrital misto. Igual consenso no sentido de se impor apropriada representação mínima para que os partidos políticos se mantenham vigentes. A isso eu agregaria a necessidade de uma legislação que assegurasse, para cada legislatura, uma maioria responsável. Se nenhum partido alcançar eleitoralmente tal maioria, a lei deverá determinar um prazo razoável para que se constitua uma coligação majoritária, a ser mantida durante toda a legislatura, com programa e liderança únicos, sob pena de novas eleições.

No que diz respeito à reforma é necessário se compreender que, não obstante a remanescente importância de ultimação da reforma agrária, a urbana é incomparavelmente mais importante e urgente. O que está em jogo é o fato de se haver formado, em torno de todas as nossas grandes metrópoles, um gigante anel de populações marginais, totalmente deseducadas e miseráveis, vivendo em condições afro-asiáticas. Nesses imensos anéis de

marginalidade, que asfixiam nossas metrópoles, os narcotraficantes se infiltraram, neles encontrando refúgio e recrutas para o crime. Cada bandido que se prenda ou morra é prontamente substituído por dezenas de marginais, que encontram no crime seu melhor destino.

Os espantosos acontecimentos que ocorreram na cidade de São Paulo e adjacências, em meados de maio de 2006, evidenciam as terríveis proporções do problema. Trata-se de algo que, embora requerendo séria atuação policial, ultrapassa completamente a dimensão meramente policial e o próprio âmbito de possibilidade dos municípios e estados de Federação. Algo que requer um amplo plano nacional de reforma urbana, combinadamente com medidas habitacionais, ocupacionais, de amparo social e de captura e penalização de criminosos. Algo, por outro lado, que exige uma profunda revisão no tratamento da droga.

A verdade é que o mundo perdeu a guerra da droga, da mesma forma como os EUA perderam, décadas atrás, a guerra da *prohibition*. Como no caso desta, importa suprimir a criminalização da droga e a substituir por uma liberação vigiada. Algo, todavia, que exige, previamente, uma séria conferência científica internacional, em que se compare os malefícios decorrentes da criminalização com os prováveis efeitos da liberação vigiada da droga. Estou pessoalmente convencido de que sua criminalização acarreta efeitos sociais incomparavelmente piores do que os que resultariam de sua liberação vigiada, em regime semelhante ao das bebidas alcoólicas.

Encaminho agora estas considerações para sua conclusão. O século XXI está carregado de perigos letais. O Brasil, de seu lado, se defronta, internamente, com imensos problemas e decorrente necessidade de grandes reformas. Tudo isso é muito complicado e demanda soluções econômica e politicamente muito custosas. Incomparavelmente maior, entretanto, seria o custo de não se fazer nada.